SICOOB Saromcredi

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SÃO ROQUE DE MINAS LTDA.

SICOOB SAROMCREDI

CNPJ: 66.402.207/0001-09 | Autorização para Funcionamento BACEN: Pt. 4520393/91 05/08/1991 | www.sicoobsaromcredi.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2015 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2015 o SICOOB SAROMCREDI completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2015, o SICOOB SAROMCREDI obteve um resultado de R$ 2.805.845,39 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 9,47%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R$ 26.583.889,86. Por sua vez a carteira de créditos representava R$ 124.776.931,27.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R$ 60.125.447,71	48,19%
Carteira Comercial	R$ 64.651.483,56	51,81%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 20,38% da carteira, no montante de R$ 25.430.479,76.

4. Captação

As captações, no total de R$ 88.973.630,13, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 5,07%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R$ 21.995.230,58	24,72%
Depósitos a Prazo	R$ 66.978.399,55	75,28%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2015 o percentual de 9,55% da captação, no montante de R$ 8.501.075,20.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB SAROMCREDI era de R$ 34.249.485,11. O quadro de associados era composto por 18.357 Cooperados, havendo um acréscimo de 17,12% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB SAROMCREDI adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,48% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito bienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2017, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB SAROMCREDI aderiram, em 2012, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2015, a Ouvidoria do SICOOB SAROMCREDI registrou 12 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 12 reclamações, 8 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Roque de Minas/MG, 14 de Março de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

João Carlos Leite – Presidente
Raimundo Pereira Borges – Vice-Presidente
André Luis de Faria – Conselheiro-Vogal
José Antônio da Costa – Conselheiro-Vogal
Odorico de Oliveira Filho – Conselheiro-Vogal
Weder Bernardes da Silva – Conselheiro-Vogal
Diego César Fregúgia de Faria – Diretor Financeiro
Éder de Oliveira Melo – Diretor de Negócios
Honero Geraldo Pereira – Diretor Administrativo Coordenador

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2015 E 2014 Em Reais

A T I V O	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	**109.659.518,99**	**108.526.410,40**
Disponibilidades (Nota 3-c)	1.223.350,27	987.220,02
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	12.528.804,75	6.130.728,06
Carteira Própria	12.528.804,75	6.130.728,06
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	26.583.889,86	34.506.910,53
Centralização Financeira - Cooperativas	26.583.889,86	34.506.910,53
Operações de Crédito (Nota 6)	67.914.216,39	65.327.719,16
Operações de Crédito	73.090.874,65	68.688.165,21
(Provisão para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	(5.176.658,26)	(3.360.446,05)
Outros Créditos (Nota 7)	639.788,56	620.329,66
Créditos por Avais e Fianças Honrados	108.638,20	71.625,00
Rendas a Receber	368.828,96	349.498,37
Diversos	239.896,48	259.674,88
(Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa)	(77.575,08)	(60.468,59)
Outros Valores e Bens (Nota 8)	769.469,16	953.502,97
Outros Valores e Bens	700.000,00	904.000,00
Despesas Antecipadas	69.469,16	49.502,97
Realizável a Longo Prazo	**52.824.696,35**	**46.603.480,06**
Operações de Crédito (Nota 6)	51.686.056,62	45.703.138,16
Operações de Crédito	51.686.056,62	45.703.138,16
Outros Créditos (Nota 7)	1.138.639,73	900.341,90
Diversos	1.138.639,73	900.341,90
Permanente	**10.903.052,19**	**9.355.785,31**
Investimentos (Nota 9)	3.866.743,05	3.134.997,76
Participações em Cooperativas	3.866.743,05	3.134.997,76
Imobilizado em Uso (Nota 10)	6.949.084,22	6.080.162,62
Imóveis de Uso	4.737.223,94	4.846.401,72
Outras Imobilizações de Uso	4.101.125,96	2.751.118,41
(Depreciações Acumuladas)	(1.889.265,68)	(1.517.357,51)
Intangível (Nota 11)	87.224,92	140.624,93
Ativos Intangíveis	353.478,41	340.184,87
(Amortização Acumulada)	(266.253,49)	(199.559,94)
Diferido (Nota 12)	-	-
Gastos de Organização e Expansão	4.900,00	-
(Amortização Acumulada)	(4.900,00)	-
TOTAL DO ATIVO	**173.387.267,53**	**164.485.675,77**

P A S S I V O	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	**120.848.397,76**	**111.958.758,34**
Depósitos (Nota 13)	88.973.630,13	84.676.459,53
Depósitos à Vista	21.995.230,58	23.734.401,58
Depósitos a Prazo	66.978.399,55	60.942.057,95
Relações Interfinanceiras (Nota 14)	26.569.753,53	24.564.416,34
Repasses Interfinanceiros	26.569.753,53	24.564.416,34
Relações Interdependências	1.173,88	3.241,17
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.173,88	3.241,17
Obrigações Por Empréstimos (Nota 14)	-	51.445,48
Empréstimos no País - Outras Instituições	-	51.445,48
Obrigações Por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 14)	2.517.098,47	-
BNDES	2.517.098,47	-
Outras Obrigações (Nota 15)	2.786.741,75	2.663.195,82
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	39.665,10	21.478,37
Sociais e Estatutárias	1.352.228,57	1.107.730,15
Fiscais e Previdenciárias	237.421,97	185.586,13
Diversas	1.157.426,11	1.348.401,17
Exigível a Longo Prazo	**18.283.088,12**	**22.905.914,27**
Relações Interfinanceiras (Nota 14)	16.470.417,63	19.097.443,69
Repasses Interfinanceiros	16.470.417,63	19.097.443,69
Obrigações Por Repasses do País - Instit.s Oficiais (Nota 14)	250.908,19	2.908.128,68
BNDES	-	2.507.007,50
Outras Instituições	250.908,19	401.121,18
Outras Obrigações (Nota 15)	1.561.762,30	900.341,90
Diversas	1.561.762,30	900.341,90
Patrimônio Líquido (Nota 16)	**34.255.781,65**	**29.621.003,16**
Capital Social	15.211.047,46	11.679.131,06
De Domiciliados no País	15.212.672,46	11.781.478,79
(Capital a Realizar)	(1.625,00)	(102.347,73)
Reserva de Lucros	17.695.882,70	16.322.970,53
Sobras Acumuladas	1.348.851,49	1.618.901,57
TOTAL DO PASSIVO	**173.387.267,53**	**164.485.675,77**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em Reais

Descriminação	Segundo Semestre/2015	31/12/2015	31/12/2014
RECEITAS(INGRESSOS) DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**11.131.045,65**	**21.450.672,09**	**18.994.260,26**
Operações de Crédito (Nota 6-h)	10.503.539,40	20.471.681,31	18.157.500,30
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	627.506,25	978.990,78	836.759,96
DESPESAS(DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(6.802.011,83)**	**(12.233.913,08)**	**(8.785.598,85)**
Operações de Captação no Mercado (Nota 13)	(3.519.199,64)	(6.610.183,39)	(4.724.531,06)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses (Nota 14)	(2.067.269,62)	(3.309.793,98)	(2.228.183,65)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.215.542,57)	(2.313.935,71)	(1.832.884,14)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**4.329.033,82**	**9.216.759,01**	**10.208.661,41**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS	**(3.090.554,94)**	**(5.881.000,44)**	**(3.670.255,26)**
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	349.116,11	666.517,07	520.188,88
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	415.463,16	849.921,27	873.817,93
Despesas(Dispêndios) de Pessoal	(3.463.576,31)	(6.632.265,45)	(5.884.608,87)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas	(2.564.525,89)	(4.925.666,26)	(3.830.418,61)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(38.942,87)	(82.964,35)	(105.038,79)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (Nota 18)	979.090,72	1.753.941,30	2.545.024,12
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.912.130,85	3.758.868,09	2.590.212,56
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (Nota 19)	(679.310,71)	(1.269.352,11)	(379.432,48)
RESULTADO OPERACIONAL	**1.238.478,88**	**3.335.758,57**	**6.538.406,15**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	**29.920,48**	**203.418,15**	**(136.626,03)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	**1.268.399,36**	**3.539.176,72**	**6.401.780,12**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(374.178,72)	(733.331,33)	(32.860,20)
Provisão para Imposto de Renda	(28.200,63)	(92.027,25)	(16.430,10)
Provisão para Contribuição Social	(27.169,69)	(72.665,66)	(16.430,10)
Participações no Lucro(Sobra) (Nota 15.1)	(318.808,40)	(568.638,42)	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	**-**	**(2.179.271,70)**	**(4.803.740,55)**
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(675.494,84)	(1.047.310,06)
Reserva Legal		(1.503.776,86)	(3.756.430,49)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	**894.220,64**	**626.573,69**	**1.565.179,37**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em Reais

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias		
Saldo em 31/12/2013	**9.253.806,67**	**(130.214,90)**	**12.245.230,24**	**250.000,00**	**1.126.671,37**	**22.745.493,38**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas				125.000,00	(125.000,00)	
Ao Capital	999.365,33				(999.365,33)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(2.306,04)	(2.306,04)
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	1.822.184,25	27.867,17				1.850.051,42
Por Devolução (-)	(292.756,71)					(292.756,71)
Estorno de Capital	(1.120,75)					(1.120,75)
Reversões de Reservas			-	**(53.722,20)**	**53.722,20**	
Ajuste Saldo Reserva				**32,00**		**32,00**
Sobras ou Perdas Líquidas					**6.368.919,92**	**6.368.919,92**
FATES - Atos Não Cooperativos					**(108.202,44)**	**(108.202,44)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						-
. Fundo de Reserva			3.756.430,49		(3.756.430,49)	-
. F A T E S					(939.107,62)	(939.107,62)
Saldos em 31/12/2014	**11.781.478,79**	**(102.347,73)**	**16.001.660,73**	**321.309,80**	**1.618.901,57**	**29.621.003,16**
Ajustes de Exercícios Anteriores				**(32,00)**	**(64,94)**	**(96,94)**
Destinação de Sobras Exercício Anterior: (Nota 16)						
Constituição de Reservas				401.000,00	(401.000,00)	
Ao Capital	1.281.095,30				(1.281.095,30)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(24.214,99)	(24.214,99)
Implantação de Saldos de Incorporação de Cooperativas	**1.003.131,24**		**190.445,11**		**87.473,66**	**1.281.050,01**
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	1.482.768,40	100.722,73				1.583.491,13
Por Devolução (-)	(335.097,27)					(335.097,27)
Estorno de Capital	(704,00)					(704,00)
Reversões de Reservas				**(722.277,80)**	**722.277,80**	**-**
Sobras ou Perdas Líquidas					**2.805.845,39**	**2.805.845,39**
FATES - Atos Não Cooperativos (Nota 17)					**(299.550,62)**	**(299.550,62)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						-
. Fundo de Reserva			1.503.776,86		(1.503.776,86)	-
. F A T E S					(375.944,22)	(375.944,22)
Saldos em 31/12/2015	**15.212.672,46**	**(1.625,00)**	**17.695.882,70**	**-**	**1.348.851,49**	**34.255.781,65**
Saldos em 30/06/2015	**14.439.066,27**	**(45.954,22)**	**16.192.105,84**	**697.592,14**	**1.958.253,29**	**33.241.063,32**
Ajustes de Exercícios Anteriores				**(32,00)**	**(64,94)**	**(96,94)**
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(21.845,94)	(21.845,94)
Implantação de Saldos de Incorporação de Cooperativas						-
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	919.170,87	44.329,22				963.500,09
Por Devolução (-)	(145.564,68)					(145.564,68)
Reversões de Reservas				**(697.560,14)**	**697.560,14**	**-**
Sobras ou Perdas Líquidas					**894.220,64**	**894.220,64**
FATES - Atos Não Cooperativos					**(299.550,62)**	**(299.550,62)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						-
. Fundo de Reserva			1.503.776,86		(1.503.776,86)	-
. F A T E S					(375.944,22)	(375.944,22)
Saldos em 31/12/2015	**15.212.672,46**	**(1.625,00)**	**17.695.882,70**	**-**	**1.348.851,49**	**34.255.781,65**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em Reais

DESCRIÇÃO	2º Semestre/2015	31/12/2015	31/12/2014
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	**1.268.399,36**	**3.539.176,72**	**6.401.780,12**
Ajuste de Exercícios Anteriores	(96,94)	(96,94)	-
IRPJ / CSLL	(55.370,32)	(164.692,91)	(32.860,20)
Participações no Lucro(Sobra)	(318.808,40)	(568.638,42)	-
Provisão para Operações de Crédito	912.355,36	1.816.212,21	1.693.370,05
Depreciações e Amortizações	288.018,33	537.208,19	501.810,07
	2.094.497,39	**5.159.168,85**	**8.564.100,04**
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	(6.230.557,23)	(6.398.076,69)	3.127.230,46
Operações de Crédito	(4.147.075,30)	(10.385.627,90)	(14.708.824,30)
Outros Créditos	(18.355,21)	(257.756,73)	(457.253,93)
Outros Valores e Bens	101.337,56	184.033,81	(912.812,99)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	(145.555,32)	(1.739.171,00)	2.077.618,73
Depósitos a Prazo	3.632.673,87	6.036.341,60	16.500.054,65
Outras Obrigações	1.270.339,39	784.966,33	558.129,57
Relações Interdependências	(16.171,73)	(2.067,29)	2.370,58
Relações Interfinanceiras	(777.318,57)	(621.688,87)	3.449.724,06
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(40.443,79)	(191.567,50)	(317.731,16)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	**(4.276.628,94)**	**(7.431.445,39)**	**17.882.605,71**
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	-	50.000,00	237.302,27
Aplicação no Intangível	-	(8.636,10)	(7.061,49)
Inversões em Imobilizado de Uso	(674.564,23)	(1.486.448,41)	(1.443.175,79)
Inversões em Investimentos	(363.916,65)	(555.158,05)	(1.633.790,36)
Implantação de Saldos de Incorporação de Coop. - Permanente		(200.283,85)	-
Outros Ajustes	42.673,80	116.051,34	29.441,08
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(995.807,08)	(2.084.475,07)	(2.817.284,29)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	963.500,09	1.583.491,13	1.850.051,42
Devolução de Capital à Cooperados	(145.564,68)	(335.097,27)	(292.756,71)
Estorno de Capital	-	(704,00)	(1.120,75)
Destinação de Sobras Exerc. Anterior Cotas de Capital à Pagar	(21.845,94)	(24.214,99)	(2.306,04)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(299.550,62)	(299.550,62)	(108.202,44)
FATES Sobras Exercício	(375.944,22)	(375.944,22)	(939.107,62)
Ajuste Saldo Reserva	-	-	32,00
Implantação de Saldos de Incorporação de Coop. - Patrimônio Líquido	-	1.281.050,01	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	**120.594,63**	**1.829.030,04**	**506.589,86**
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	**(5.151.841,39)**	**(7.686.890,42)**	**15.571.911,28**
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Ínicio do Período	32.959.081,52	35.494.130,55	19.922.219,27
No Fim do Período (Nota 3 - c)	27.807.240,13	27.807.240,13	35.494.130,55
Variação Líquida das Disponibilidades	**(5.151.841,39)**	**(7.686.890,42)**	**15.571.911,28**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de São Roque de Minas Ltda. – SICOOB SAROMCREDI, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09 de Junho de 1991, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SAROMCREDI possui 07 Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Cássia, Vargem Bonita, São João Batista do Glória, Delfinópolis, Pratinha, Medeiros e Poços de Caldas.

O SICOOB SAROMCREDI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Oferecer formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 06/11/2014 ocorreu a transformação do SICOOB SAROMCREDI para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 14/12/2014.

Em 2015, a Cooperativa, com o objetivo de ampliar o atendimento aos seus associados, possibilitando o aumento do Patrimônio Líquido e do limite para operações, garantindo assim, um novo posicionamento no mercado, promoveu a incorporação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da ALCOA Alumínio SA e Empresas Subsidiárias em Poços de Caldas Ltda, que foi devidamente aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária Conjunta realizada em 01/03/2015 e homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN - Demonstra-se abaixo (incrementos patrimoniais mais significativos) data 28/02/2015:

Descrição	Principais Saldos Incorporados
Disponibilidades / Centralização Financeira	3.585,04
Operações de Crédito	1.231.429,74
Ativo Permanente	188.602,87
Fundo de Reserva	190.445,11
Capital Social Integralizado	999.803,26

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. São considerados ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstrada em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pela administração, em sua reunião datada de 14/03/2016.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09. O CPC 33 - Benefícios a Empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15 terá validade somente a partir de 1º de janeiro de 2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	1.223.350,27	987.220,02
Relações interfinanceiras – centralização financeira	26.583.889,86	34.506.910,53
Total	27.807.240,13	35.494.130,55

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

NOTAS EXPLICATIVAS CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA